

ORÇAMENTO// Senador Marcio Bittar propõe ao Executivo um corte nos recursos destinados a emendas parlamentares. Mas equipe econômica considera medida insuficiente para adequar a peça orçamentária e evitar crimes de responsabilidade fiscal

Recuo de R\$ 10 bilhões

» ROSANA HESSEL

Em ofício enviado, ontem, ao presidente Jair Bolsonaro, o relator do Orçamento de 2021, senador Marcio Bittar (MDB-AC), recuou parcialmente da manobra contábil, proposta por ele, para criar R\$ 26,5 bilhões em despesas com emendas parlamentares cortando o mesmo montante de despesas obrigatórias, incluindo R\$ 13,5 bilhões em aposentadorias. No documento encaminhado ao Executivo, o senador sugeriu o cancelamento de R\$ 10 bilhões.

O recuo do senador deve abrir espaço para o Executivo remanejar gastos, por meio de um decreto ou uma portaria. No entanto, embora elogiada por integrantes da equipe econômica, a medida não alivia os problemas da peça orçamentária aprovada no último dia 25 pelo Congresso Nacional, e ainda demandará uma série de vetos ao texto.

De acordo com técnicos do governo, a proposta de Bittar é insuficiente e exige que o corte ocorra apenas após a sanção do Orçamento, algo impossível no momento. “É um gesto político importante, mas não resolve”, disse uma fonte da equipe econômica ao **Correio**.

O Orçamento de 2021 é considerado inexecutável porque não atualiza os parâmetros macroeconômicos, subdimensiona as despesas e superestima as receitas. Além disso, o relator não atualizou o reajuste já efetivado desde janeiro no salário mínimo, de R\$ 1.067 para R\$ 1.100, o que cria um rombo de quase R\$ 12 bilhões

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados - 10/2/21



Marcio Bittar: manobra para destinar mais dinheiro a emendas parlamentares foi revista, mas Orçamento continua sem condições de ir à sanção

que ainda precisará ser coberto. E esses são apenas alguns dos problemas da peça orçamentária.

Segundo analistas, a sanção do Orçamento nas atuais condições implica, inevitavelmente, crime de responsabilidade fiscal para o presidente da República, o ministro da Economia e os gestores da área orçamentária. Essa situação vem tirando o sono da equipe econômica. Alguns técnicos já ameaçaram abandonar o governo se não houver uma solução dentro das regras fiscais, e já

se cogita um “apagão de canetas”.

Para piorar, técnicos do Legislativo ainda não concluíram o detalhamento das despesas que foram aprovadas, o chamado “autógrafo” do Orçamento. Sem ele, a equipe econômica não tem como calcular os valores que extrapolam as regras fiscais e assim definir o inevitável contingenciamento de despesas discricionárias e de emendas parlamentares.

Vale lembrar que pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), o governo pre-

cisará cortar R\$ 31,9 bilhões em despesas do Orçamento para cumprir a regra do teto — emenda constitucional que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior — dado acima da previsão de R\$ 17,6 bilhões feita pela equipe econômica antes da manobra do relator.

A emenda do teto pode ser burlada se houver um acordo do governo com parlamentares para aumentar o volume de créditos extraordinários que não estejam relacionados ao combate à pan-

demia, como é o caso dos R\$ 44 bilhões previstos para o pagamento da nova rodada do auxílio emergencial a partir deste mês. A regra permite emissão extraordinária de dívida pública em caso de calamidade, mas analistas temem uma banalização dessa válvula de escape para aprovar emendas que estão estourando o Orçamento.

Crimes fiscais

O especialista em contas pú-

blicas Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, também considerou o corte proposto por Bittar de pouco efeito, na prática. “É uma meia-sola, um remendo novo em um sapato velho”, comparou. Pelas contas dele, as emendas parlamentares somavam R\$ 46,3 bilhões antes do ofício e, passariam para R\$ 36,3 bilhões. Segundo ele, um dos principais problemas do Orçamento é justamente a manobra contábil de Bittar, que corta despesas obrigatórias, como as aposentadorias. “Essa é uma era de uma irregularidade flagrante”, alertou.

Os crimes apontados no Orçamento por analistas são vários, como pedaladas fiscais, contabilidade criativa e maquiagem contábil. Alguns deles, inclusive, reconhecem que a situação fiscal atual pode ser considerada pior do que a existente quando foi aberto o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff pelas famosas “pedaladas fiscais”.

Um grupo de 21 parlamentares, inclusive, já acionou o Tribunal de Contas da União (TCU) para dar um parecer sobre o Orçamento e os riscos de pedaladas fiscais de Bolsonaro. O relatório está sendo elaborado pelo ministro Bruno Dantas.

Especialista em contas públicas e analista do Senado, o economista Leonardo Ribeiro não descartou o crime de pedaladas na peça orçamentária. “Na essência, a ação de subestimar despesas obrigatórias para inflar o orçamento das despesas discricionárias é uma pedalada”, frisou.

Dívida pública chega 90% do PIB

As contas públicas continuam desequilibradas, pois o governo não consegue gastar menos do que arrecada. Com isso, o endividamento do país não para de crescer e, em fevereiro, bateu novo recorde. Segundo dados do Banco Central divulgados ontem, a dívida pública bruta alcançou 90% do Produto Interno Bruto (PIB) no mês passado, somando R\$ 6,744 trilhões, o maior patamar da série histórica da autoridade monetária, iniciada em 2006.

O Brasil sempre teve um endividamento público elevado. Se comparado com a média de países emergentes, chega a aproximadamente 50% do PIB. Mas esse dado piorou após o aumento dos gastos, no ano passado, no combate à pandemia. Com a desconfiança crescente de que o governo abandonará a política de austeridade fiscal, diante do aumento da frustração com a retomada da economia e das confusões do governo com o Congresso em torno do Orçamento de 2021, o cenário só piora.

Para especialistas, a dívida pública bruta continuará crescendo neste ano e em 2022, porque o governo continuará precisando se endividar para cobrir o rombo das contas públicas. “Provavelmente, temos uma tendência de que a dívida líquida e a bruta possam aumentar, mas menos do que ocorreu no ano passado. Os deficits serão menores, mas a necessidade de financiamento continuará existindo”, admitiu o chefe do Departamento Estatístico do Banco Central, Fernando Rocha.

Pelas estimativas de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, em 2022, a dívida bruta chegará a 93% do PIB. “O crescimento seguirá fraco no ano que vem e haverá uma expansão fiscal por conta do ajuste do teto com uma inflação que estará em torno de 7,5% ou mais”, alertou o analista. Ele lembrou que os custos da dívida devem ficar ainda mais elevados no ano que vem por conta dos riscos políticos em torno das eleições. (RH)

Mais de 200 obras que geram 30 mil empregos. O GDF não para.



Mesmo durante a pandemia, o GDF segue com **mais de 200 obras em todo o Distrito Federal**. São melhorias na mobilidade urbana, na qualificação de trabalhadores para o mercado de trabalho e na infraestrutura de saúde. Essas obras geram empregos e movimentam a economia. É um compromisso permanente de continuar cuidando das nossas cidades e da nossa gente.



Nova Escola Técnica de Brazlândia, com qualificação profissional para até 2 mil alunos.



Túnel de Taguatinga: 1.700 empregos e trânsito melhor para 135 mil motoristas.



8,2 km de asfalto novo na DF-001, em Brazlândia, que ainda será duplicado.



2 novos postos do SAMU, na Asa Norte e em Taguatinga, e mais 2 em construção.



Último viaduto da Saída Norte quase pronto.



Asfalto de qualidade, novos meios-fios e mudas de ipê na EPIG.



Lave as mãos com frequência.



Use álcool em gel.



Use máscara, é obrigatório.



Evite aglomerações.